



Ministério da Fazenda



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

c) Outras despesas administrativas

	2014	2013
Água, energia e gás	9.163	8.277
Aluguéis	10.969	10.752
Processamento de dados	48.297	51.663
Comunicações	30.370	30.553
Manutenção e conservação de bens	9.470	9.405
Material	1.177	1.073
Serviços de terceiros	19.169	15.588
Vigilância e segurança	23.838	23.706
Serviços do sistema financeiro	15.974	16.347
Promoções e relações públicas	6.017	6.700
Propaganda e publicidade	6.853	7.662
Publicações oficiais	2.339	3.078
Serviços técnicos especializados	8.785	10.669
Transporte	17.281	17.875
Viagens	6.903	7.000
Depreciação	14.876	13.974
Amortização	14.527	14.525
Demais despesas administrativas	4.735	4.666
TOTAL	250.743	253.513

d) Despesas tributárias

	2014	2013
ISS	5.575	4.311
Cofins	60.332	52.563
PIS/Pasep	9.804	8.541
Demais tributos	2.333	2.132
TOTAL	78.044	67.547

e) Outras receitas e despesas operacionais

	2014	2013
Outras receitas operacionais		
Del credere - FNO (nota nº 19)	415.649	343.202
Demais rendas operacionais	160.847	317.431
Recuperações de op.do FNO (nota nº 19)	100.425	92.332
Rendas de Del credere - FDA	6.224	6.033
Receita de variação de taxas do FMM	14.898	10.781
Receita de variação de taxa de câmbio	4.738	15.404
Recuperação de encargos e despesas	7.135	3.143
Rendas sobre depósito compulsório	6.976	5.334
Reversão outras provisões operacionais	-	176.412
Demais receitas	20.451	7.992
TOTAL	576.496	660.633

Outras despesas operacionais

	2014	2013
Despesas de provisão-FNO (nota nº 19)	251.827	248.114
Atualização de benefícios pós-emprego	58.645	28.430
Apuração de responsabilidade	3	105
Despesas de fundos de investimento	8.059	6.593
Despesas de variação de taxa de câmbio	5.671	4.605
Passivos judiciais e legais	19.203	20.334
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	16.578	13.224
Desp.pós-emprego - assist./aux. saúde	14.608	17.647
Provisão ativos atuariais - Capaf	15.228	155.969
Atualização de Planos Saldados	85.247	77.511
Despesas com TVM	736	4.370
Demais despesas operacionais	21.590	9.742
TOTAL	497.395	586.644

f) Resultado não operacional

	2014	2013
Receitas não operacionais	8.362	4.157
Lucros em transações com valores e bens	151	805
Reversão de outras provisões não operacionais	1.301	18
Contrato mediação	3.117	-
Outras rendas não operacionais	3.793	3.334
Despesas não operacionais	(869)	(696)
Despesas de provisões não operacionais	(506)	-
Outras Despesas não operacionais	(363)	(696)
TOTAL	7.493	3.461

O crescimento do Resultado Não Operacional, no valor de R\$4.032, teve como principal fator reconhecimento da multa relacionada ao contrato de mediação de TI, no valor de R\$3.117.

17. Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No exercício, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$9.846 (R\$11.045 em 2013).

18. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas.

No período, foi recebido a título de taxa de administração R\$74 (R\$9.022 em 2013). Quanto ao risco, a provisão é de R\$355 (R\$504 em 2013), registrado em passivos contingentes.

A obrigação junto ao FDA, na nova modalidade que passou a vigorar no final de 2013, em que as operações liberadas passaram a ser com risco integral do Banco, está registrada em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do exercício é de R\$81.826 (R\$43.742 em 2013).

19. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2014	2013
Taxa de administração	421.709	389.845
Del credere	415.649	343.202
Recuperação de operações	100.425	92.838
Remuneração do disponível	(309.559)	(268.276)
Desp. provisão (risco compartilhado)	(251.827)	(248.114)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente.

O *Del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$93.727 (R\$57.464 em 2013) são referentes às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento".

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Passivos Contingentes", cujo saldo acumulado é R\$700.409 (R\$643.441 em 2013).

No exercício, o Banco procedeu à baixa de R\$187.105 (R\$181.257 em 2013) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO - risco compartilhado e das provisões está apresentada abaixo:

Nível de Risco	2014		2013	
	Financiamentos	Provisão	Financiamentos	Provisão
AA	4.283.725	-	2.132.922	-
A	7.328.889	(18.322)	6.825.647	(17.064)
B	1.586.744	(7.933)	1.451.467	(7.257)
C	477.551	(7.163)	549.724	(8.244)
D	289.487	(14.464)	204.501	(10.225)
E	99.384	(14.907)	112.618	(16.889)
F	62.855	(15.714)	44.660	(11.165)
G	93.489	(32.721)	121.883	(42.659)
H	1.178.616	(589.185)	1.060.129	(529.938)
TOTAL	15.400.740	(700.409)	12.503.551	(643.441)

20. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos